



**FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO PESQUISA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO FLUMINENSE-PRO-IFF**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016



ÍNDICE

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	1
2 – BALANÇO PATRIMONIAL	4
3 – DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS – DSDE.....	5
4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL	6
5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC.....	7
6 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR.....	8
7 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016	9 - 25



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

**Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fluminense – PRO-IFF**

Campos dos Goytacazes - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva**, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A administração da Fundação não apresentou controle individualizado dos bens do imobilizado nem elaborou estudo específico quanto à análise da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (“impairment”), conforme exigido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio da seção 27 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” da NBC TG 1.000, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.255/09. A ausência de controle individualizado dos bens do imobilizado constitui limitação de escopo de nossos trabalhos e, consequentemente, não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas sobre os saldos, do ativo imobilizado, apresentados na contabilidade em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi constituída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para avaliar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2018.

GWM AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – RJ Nº 5.495 – CVM Nº 11.827

GIL MARQUES MENDES
CONTADOR – CRC – RJ Nº 39.363



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF**
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em Reais (R\$))

	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.229.363	1.655.026
Contas a receber	4	66.588	127.025
Outros créditos	5	3.400	2.900
Despesas antecipadas	6 e 16	1.042	1.014
Total do ativo circulante		1.300.393	1.785.965
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores recebíveis a longo prazo	7	10.710	9.591
Imobilizado			
Imobilizações	8	63.132	29.978
Total do ativo não circulante		73.842	39.569
TOTAL DO ATIVO		1.374.235	1.825.534
PASSIVO			
Passivo circulante			
Contas a pagar	9	5.314	20.703
Obrigações fiscais	10	5.454	16.395
Obrigações trabalhistas	11	8.914	32.676
Total do passivo circulante		19.682	69.774
Passivo não circulante			
Contratos	12	48.677	49.423
Convênios	12	1.014.202	1.583.071
Total do passivo não circulante		1.062.879	1.632.494
Patrimônio social			
Patrimônio social	13	10.000	10.000
Superávit (déficit) acumulado		281.674	113.266
Total do patrimônio social		291.674	123.266
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		1.374.235	1.825.534

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações contábeis.



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF**
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS – DSDE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em Reais (R\$))

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas			
Receitas de custeio	14.1	513.567	395.473
Receita de projetos	14.2	197.196	544.136
Receita de parcerias - Reitoria	14.3	201	1.580
Receitas parcerias - Campus Campos Centro	14.4	22.238	64.057
Receitas parcerias - Campus Macaé	14.5	12.828	7.274
Receitas parcerias - Campus Bom Jesus Itabapuna		-	1.451
Total das Receitas		746.030	1.013.971
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais	14.6	(142.699)	(102.828)
Honorários profissionais	14.7	(45.746)	(92.765)
Serviços técnicos especializados	14.8	(66.048)	(79.707)
Despesas de projetos	14.9	(318.703)	(484.881)
Despesas de serviços de comunicação	14.10	(8.632)	(9.442)
Despesas tributárias	14.11	(3.454)	(4.629)
Despesas de viagens e locação	14.12	(1.390)	(958)
Depreciação e amortização	14.13	(24.445)	(12.866)
Despesas apoio administrativas	14.14	(79.913)	(98.050)
Despesas parcerias - Campus Campos Centro	14.15	(33.093)	(73.164)
Despesas parcerias - Campus Macaé	14.16	(4.884)	(5.017)
Despesas parcerias - Campus Cabo Frio	14.17	(2.100)	(1.255)
Despesas parcerias - Campus Bom Jesus Itabapuna		-	(4.802)
Despesas parcerias - Reitoria	14.19	(105)	(138)
Outras receitas (despesas) operacionais	14.20	153.758	23.643
Total das Despesas Operacionais		(577.454)	(946.859)
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		168.576	67.112
Receita financeira	15	3.257	3.856
Despesas financeira	15	(3.425)	(4.634)
Resultado financeiro		(168)	(777)
Superávit (Déficit) do período	13	168.408	66.335

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações contábeis.



FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPLS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.000	46.931	56.931
Superavit do período	-	66.335	66.335
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.000	113.266	123.266
Superávit do período	-	168.408	168.408
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.000	281.674	291.674

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras.



FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF

CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais)

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Supervít do exercício	168.408	66.335
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	24.445	12.866
Receita (déficit) não operacional	-	(23.643)
Caixa Proveniente das Operações	192.853	55.558
Varição (acrécimo) decréscimo de ativos		
Contas a receber	60.437	15.268
Outros créditos a receber	(500)	33.388
Impostos a recuperar	-	1.201
Despesas antecipadas	(28)	527
Valores recebíveis a longo prazo	(1.118)	(2.113)
Varição acréscimo (decrécimo) de passivos		
Contas a pagar	(15.389)	13.101
Obrigações fiscais	(10.941)	(6.377)
Obrigações trabalhistas	(23.762)	(487)
Total da Varição dos Ativos e Passivos Operacionais	8.699	54.508
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	201.552	110.066
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(57.600)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(57.600)	-
Atividades de Financiamento		
Aumento (redução) de convênios e contratos	(569.615)	(2.231.236)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(569.615)	(2.231.236)
Varição Líquida do Caixa	(425.663)	(2.121.170)
Caixa e Equivalente de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.655.026	3.776.196
Disponibilidades no Final do Exercício	1.229.363	1.655.026
Varição Líquida do Exercício	(425.663)	(2.121.170)

As notas explicativas elaboradas pela Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras



FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em Reais (R\$)

HISTÓRICO	2017	2016
Origens dos Recursos		
Superávit (déficit) do exercício	168.408	66.335
Depreciação	24.445	12.866
Valores recebíveis de ativos	(1.118)	(2.113)
Amortização	-	(1)
Outros	99	-
Total das Origens dos Recursos	191.834	77.087
Aplicação dos Recursos		
Aquisição para ativo permanente	(57.600)	(23.643)
Total das Aplicações	<u>(57.600)</u>	<u>(23.643)</u>
Aumento/(Redução) do Capital Circulante Líquido	<u>134.234</u>	<u>53.444</u>
Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido		
Ativo Circulante		
Início do período	1.785.965	3.957.520
Final do período	<u>1.300.393</u>	<u>1.785.966</u>
Variação	<u>(485.572)</u>	<u>(2.171.554)</u>
Passivo Circulante		
Início do período	1.702.268	3.927.267
Final do período	<u>1.082.462</u>	<u>1.702.269</u>
Variação	<u>(619.806)</u>	<u>(2.224.998)</u>
Resultado da Variação	<u>134.234</u>	<u>53.444</u>

As notas explicativas elaboradas pela Fundação são parte integrante das
Demonstrações Contábeis.



FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO PESQUISA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO FLUMINENSE-PRO-IFF

CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto operacional

A Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF (“Fundação”), é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada. Conforme o estatuto tem como finalidade divulgar e fomentar programas, planos, projetos e atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimentos institucional científico e tecnológico, inovação do Instituto Federal Fluminense.

Com sede e foro na comarca de Campos dos Goytacazes – RJ, instituída por pessoas físicas e jurídicas, é regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação pertinente.

Possui amparo e credenciamento no Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia e é reconhecida como de utilidade pública no município através da Lei Municipal nº 7.529/2003.

Em 30 de abril de 2008 o antigo Centro Federal de Educação Tecnológico de Campos – CEFET, atualmente Instituto Federal Fluminense – IFF, juntamente com a antiga Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Campos – Fundação CEFET, atual PRO-IFF, celebraram acordo de cooperação técnico-científico com o antigo Ministério de Obras Públicas – MINOP, atualmente Ministério de Urbanismo e Construção – MINUC, do governo angolano, tendo como interveniente pagadora a Construtora Norberto Odebrecht S.A..

Este acordo previa o desembolso de R\$ 38.364.960, pelo MINOP, para o cumprimento das atividades de assessoria de gestão aos centros de formação técnico-científico, no período de 03 (três) anos a contar da data do primeiro repasse financeiro realizado pelo governo angolano. Entretanto a Fundação recebeu como repasse, somente R\$ 13.876.645, equivalente a 36% do total acordado.

Durante o período das atividades do acordo, foram enviados ofícios ao MINOP angolano para o recebimento dos repasses em atraso, o que até o fim deste exercício não foi atendido, provocando a suspensão das atividades nos centros de formação de Angola e as viagens dos formadores e técnicos angolanos para a capacitação no Brasil.

Tendo em vista que o projeto foi interrompido com 68% das metas previstas executadas, 23% das metas foram iniciadas e, somente, 9% dessas metas não foram iniciadas, além do não atendimento, por parte do governo angolano, no sentido de firmar acordo para a formalização do término do projeto, a Fundação PRO-IFF, com anuência do IFF, vem utilizando o saldo de numerário relativo ao acordo de cooperação técnico-científico, como parte de multa prevista na sub cláusula 11.2 do acordo, para custeio de suas despesas operacionais e manutenção do quadro de funcionários administrativos.

Em reunião realizada em novembro de 2017, entre o reitor do IFF e os representantes do governo angolano, foi entregue a documentação referente ao projeto para avaliação do MINUC e posterior encerramento do projeto o mais breve possível.



2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 11.638 de 28/12/2007 que alterou a Lei nº 6.404/76, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.”

A apresentação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho de administração em 29 de março de 2018.

2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação opera (“moeda funcional”), que nesse caso é o Real (R\$). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

2.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que estão demonstradas pelo valor dos investimentos acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, obedecendo ao regime de competência.

2.4 – Créditos a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços estabelecidos pelo estatuto e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes dessas operações.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são classificadas no ativo não circulante.



2.5 – Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurado ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit ou déficit do exercício, nas rubricas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, no período em que ocorrerem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação, neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da fundação compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.6 – Imobilizado

Os saldos do Ativo Permanente estão representados pelos bens operacionais da Fundação, registrados pelo seu custo histórico de aquisição deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

2.7 – Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

2.8 – Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, além de considerar os rendimentos, os encargos e os efeitos de acordo com os índices e taxas oficiais sobre os ativos e passivos ao valor de realização, quando aplicável.



2.9 – Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Fundação optou elaborar e apresentar a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados conforme demonstrativo a seguir:

	2017	2016
Bancos conta movimento - Gestora	192.295	150.043
Bancos conta movimento - Recursos de Terceiros	95.534	24.199
Aplicações financeiras de liquidez imediata - Terceiros	941.534	1.480.784
	1.229.363	1.655.026

3.1 - Bancos conta movimento – Gestora

	2017	2016
Banco do Brasil S.A. C/C 14.930-6 - GERAL	84.655	18.962
COOCEFETCAMPOS C/C 632-7 - GERAL	14.482	21.302
COOCEFETCAMPOS C/C 1.030-8 - CLUB ESCOLAR	13	29.244
COOCEFETCAMPOS C/C 8284-8 - PROTEC	24.808	65.124
COOCEFETCAMPOS C/C 651-3 - UNED MACAÉ	12.274	4.526
COOCEFETCAMPOS C/C 2576-3 - EDITORA	4.000	4.700
COOCEFETCAMPOS C/C 9630-0 - PROTEC 2017	52.063	6.185
	192.295	150.043

3.2 – Banco conta movimento – Recursos de terceiros

	2017	2016
Banco do Brasil S/A C/C 63037-3 = SCHLUMBERGER	3.023	-
Banco do Brasil S.A. C/C 68.102-4 - ANGOLA	23.065	15.606
COOCEFETCAMPOS C/C 2671-9 - PROJETOS DIVERSOS	449	4.842
COOCEFETCAMPOS C/C 3608-0 - SALINIZAÇÃO II	0	1.474
COOCEFETCAMPOS C/C 6968-0 - ENCONTRO EAD	0	514
COOCEFETCAMPOS C/C 7980-4 - II NOVA IFF	0	297
COOCEFETCAMPOS C/C 8737-8 - BIOSA - CANAL DO CAP	0	594
COOCEFETCAMPOS C/C 8684-3 - COOP V SHIDRO	0	578
COOCEFETCAMPOS C/C 9005-0 - III NOVA IFF	0	109
COOCEFETCAMPOS C/C 9066-2 - ANALISE MICROBIOLOGICA	370	185
Banco do Brasil C/C 98.979-7 = Focal - SICITEA	2.430	-
COOCEFETCAMPOS C/C 10.003-0 = ALGA PRIME	8.958	-
COOCEFETCAMPOS C/C 10.011-0 = ANALISE LAB DE ALIMENT.	546	-
COOCEFETCAMPOS C/C 9.903-1 = 4ª SEMANA ARQUITETURA	667	-
COOCEFETCAMPOS C/C 10219-9 = V ECOTOXOLOGIA	127	-
COOCEFETCAMPOS C/C 10.045-5 = VPETROIFF	20	-
Banco do Brasil S/A 101.035-2 =prot. CODIGESTOR EMPRAPII	50.792	-
Banco do Brasil S.A. C/C 101.036-0 PROT. CODIGESTOR SRT	5.087	-
	95.534	24.199



3.3 – Aplicações financeiras de liquidez imediata - Terceiros

	2017	2016
APLICAÇÃO BB 68.102-4 - ANGOLA	183.000	624.000
APLICAÇÃO BB 63.037-3 - SHULUMBERGER	28.360	28.525
APLICAÇÃO BB 3608-0 - SALINIZAÇÃO II	-	1.250
APLICAÇÃO BB 3499-1 - LLX SALINIZAÇÃO	-	10.921
APLICAÇÃO BB 4936-0 - GETTING STARTED	-	5.241
APLICAÇÃO BB 95.640-6 - EMBRAP II	37.521	522.127
APLICAÇÃO BB 83.605-2 - PROMINP MACAÉ 5º E 6º CIC	-	8.072
APLICAÇÃO BB 97.161-8 - SISTEMA INTEGRADO EMBRAP II	-	53.433
APLICAÇÃO BB 97.162-6 - SISTEMA INTEGRADO AIC	-	10.972
APLICAÇÃO BB 97.163-4 - PROTÓTIPO FORNO CERAMICA	-	55.615
APLICAÇÃO BB 97.164-2 - PROTÓTIPO EMBRAP II	-	2.846
APLICAÇÃO COOCEFETCAMPOS 8284-8 - PROTEC 2016	3.197	3.197
APLICAÇÃO BB 98.556-2 - PROTÓTIPO MOTOR EMBRAP II	97.567	154.585
APLICAÇÃO BB 98.557-0 = PROTÓTIPO MOTOR CHP	18.888	-
APLICAÇÃO BB 99.093-0 PROTÓTIPO REVERSA EMPRAP II	207.366	-
APLICAÇÃO BB 99.095-7 PROTÓTIPO REVERSA SB	62.206	-
APLICAÇÃO BB 99.597-5 = PROT. CARNICICULTURA-EMBRAP II	95.287	-
APLICAÇÃO BB 99.600-9=PROTÓTIPO CARNIC. SIXSHRIMPS	14.231	-
APLICAÇÃO BB 99.673-4 = SENSORIAMENTO DO SOLO	169.521	-
APLICAÇÃO BB 99.674-2 SENSORIAMENTO SOLO NETWORK	24.390	-
	941.534	1.480.784

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor dos investimentos acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

4 – Contas a receber

A posição registrada nas rubricas abaixo, referem-se à prestação de serviços conforme estabelecido no Estatuto da Fundação:

	2017	2016
Mensalidades gestora	24.000	116.927
Clientes - Terceiros (i)	42.588	10.098
	66.588	127.025

(i) Referem-se as notas fiscais emitidas para recebimento das parcelas dos convênios e contratos.

5 – Outros créditos

	2017	2016
Adiantamento concedido - Gestora (a)	1.000	500
Adiantamento concedido - Terceiros (b)	2.400	2.400
	3.400	2.900

(a) Referem-se a adiantamentos de valores a funcionários para aquisição de despesas eventuais e com prestações de contas futuras, conforme estabelecido no Estatuto da Fundação.

(b) Referem-se a adiantamentos de valores a funcionários e/ou prestações de serviços de convênios para despesas eventuais e com prestações de contas futuras, conforme estabelecido no Estatuto da Fundação.



6 – Despesas antecipadas

Composição do saldo da conta despesas antecipadas conforme demonstrativo a seguir:

	2017	2016
Seguro a vencer	1.042	1.014
	1.042	1.014

7 – Créditos a receber – realizável a longo prazo

	2017	2016
Valores recebíveis da Credi Rio	10.710	9.591
	10.710	9.591

Refere-se à subscrição do capital na instituição financeira SISCOOB Fluminense.

8 – Imobilizações

Bem	Taxa de Depreciação Anual (%)	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
IMOBILIZADO						
Custo						
Instalações	-	-	57.600	-	-	57.600
Móveis e utensílios	-	52.455	-	(16.087)	-	36.368
Veículos	-	47.000	-	-	-	47.000
Máq. Equiq. e ferramentas	-	176.680	-	(30.897)	-	145.783
Computadores e periféricos	-	137.803	-	(52.288)	-	85.515
		413.938	57.600	(99.272)	-	372.266
Depreciação acumulada						
Instalações	10	-	(2.880)	-	-	(2.880)
Móveis e utensílios	10	(32.797)	-	-	(1.084)	(33.881)
Veículos	20	(47.000)	-	-	-	(47.000)
Máq. Equiq. e ferramentas	10	(173.321)	-	30.897	(1.216)	(143.640)
Computadores e periféricos	20	(130.841)	-	52.288	(3.179)	(81.732)
		(383.959)	(2.880)	83.185	(5.479)	(309.133)
Custo líquido		29.978	54.720	(16.087)	-	63.132

No exercício social de 2017 foram efetuadas baixas de alguns bens do ativo imobilizado, conforme termo de baixa nº. 01/2014, devido a não funcionalidade de uso desses bens. Segue abaixo a relação dos bens baixados:.



Móveis e utensílios

Data	Processo	Especificação	Valor
09/10/02	678	Super Matriz Aços NF 9074/ 9077/ 9076/ 9075	4.300
02/05/03	198	Campos Neon Ind. E Com – NF 002069 – Confecção de Carteiras universitárias	3.010
22/03/05	207	Lemos Industria de Móveis – NF 6365 – 50 cadeiras universitárias	2.945
25/08/05	893	M T da Silva Trindade – NF 021623 – 06 camas de solteiro, 01 mesa Serra c/ 4 cadeiras	1.291
14/12/05	1472	Globex Utilidades – NF 327540-0 – Ar condicionado Consul CCI 112 12000BTU's 220Volts	1.104
28/12/05	1535	- NF 327540-0 – 01 quadro branco com bordas de madeira	492
28/12/05	1535	- NF 006835 – 50 cadeiras universitária	2.945
Total da baixa			16.087

Máquinas e equipamentos

Data	Processo	Especificação	Valor
05/08/03	415	Liga Espirita de Campos – NF 000971 – Duplicador	11.000
25/05/05	436	Aptex Com de Moveis de Escr – NF 00031 – ar condicionado 9000 BTU's Slipt Wall – Gerec	2.020
25/05/05	436	Aptex Com de Moveis de Escr – NF 00031 – ar condicionado 18000 BTU's Slipt Wall – Gerec	3.390
08/07/05	640	Aptex Com de Moveis de Escr – NF 00061 – 2 ar condicionado 9000 BTU's Slipt Wall	4.080
30/08/05	891	Globex Utilidades – NF 927394-0/ 927395-0 – Fogão Atlas Siena e Refrigerador Consul CRC 24D 202L	760
06/09/05	941	- NF 009261 – Aparelho telefônico – prestação de contas SF 61/05	36
30/11/05	1384	- NF 000059/ 60 – 02 estabilizadores e 01 maquina fotografica Sony DSC – 56D digital	990
14/12/05	1473	Americanas Com Asc. Eletron – NF 446736 – Ar condicionado Consul CCX 21A 21000BTU's 220 volts	1.799
09/02/06	153	- NF 599642-0 – Ar condicionado – Pro e Vest	2.358
05/05/06	552	- NF 002485 – 01 caneta para teste de voltagem – Operadores de Facilidades Eletricas	130
30/05/06	667	- NF 000185/ 000186 – Medidor de fator de potencia monofasico -	4.129
31/07/06	1036	- NF 633660 – 01 som portatil gradiente c/ CD – Fundação Cefet Campos	205
Total da baixa			30.897

Computadores e periféricos

Data	Processo	Especificação	Valor
30/12/01		Ferflatil NF ... Of. 204/01	5.000
30/12/01		Ferflatil NF ... Of. 205/01 – 4 notebooks	15.920
03/01/02	7	Mesa para computador e Microcomputador	2.500
08/01/02	15	Microcomputador e mesa para computador	1.000
06/02/02		Pagamento efetuado com cheque 301328	6.500
	515	FNJN Empreendimentos NF: 5 – Aquisição de impressora	1.840
		FNJN Empreendimentos NF: 6 – Aquisição de impressora	
25/09/03	524	Lexmark	1.840
25/09/03	527	FNJN Empreendimentos NF: 9 – Sacner HP 2400 – Fluidos	345
29/03/04	222	FNJN Empreendimentos NF: 29 – Microcomputador – Projeto Cabiunas	2.195
03/05/04	317	FNJN Empreendimentos NF: – Microcomputador – Enfermagem Macaé	2.350
14/06/04	432	FNJN Empreendimentos NF: 36 – Microcomputador	2.520
05/10/04	731	FNJN Empreendimentos NF: 51 – Microcomputador Atlon XP 2000 e impressora HP multifuncional 1315	3.270
19/04/05	297	Techsul Industrial – NF 008666 – Microcomputador	1.800
08/07/05	635	Estabilizador – prestação de contas do SF. 41/05	34
14/10/05	1152	Estabilizador NF 00108 – prestação de contas do SF. 81/05	35
28/10/05	1227	- NF 000230 – Celeron 256 MB DDR, HD 40GB, gravador de CD	1.088
30/06/06	791	- NF - 01 Notebook – Curso Pós Graduação	3.991
30/04/07	819	- NF 22647 – 1 cafeteira – Telecentro (ressarcimento Maria Angelica)	60
Total da baixa			52.288

9 – Obrigações com terceiros

	2017	2016
Contas a pagar	514	17.294
Aluguel a pagar	-	3.409
Outras obrigações	4.800	-
	5.314	20.703

10– Obrigações Tributárias

	2017	2016
Consignações vinculadas a folha de pagamento-Gestora	-	3.270
Consignações vinculadas a folha de pagamento-Terceiros	4.643	9.868
Obrigações tributárias - Gestora	811	2.777
Obrigações tributárias - Terceiros	-	481
	5.454	16.395



No decorrer do exercício de 2017, devido a mudança de sede da Fundação Pro IFF e problemas financeiros, optou-se pela demissão dos funcionários e contratação de serviços terceirizados, descritos na nota n.14 (Despesas por natureza) para a execução das atividades. Deste modo, não há consignações vinculadas a folha de pagamento e obrigações tributárias da gestora em aberto em 31/12/2017.

11 – Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Obrigações trabalhistas - Gestora	-	10.551
Obrigações trabalhistas - Recursos terceiros	8.914	22.125
	8.914	32.676

No decorrer do exercício de 2017, devido a mudança de sede da Fundação Pro IFF e problemas financeiros, optou-se pela demissão dos funcionários e contratação de serviços terceirizados, descritos na nota n.º 14 (Despesas por natureza) para a execução das atividades. Deste modo, não há obrigações trabalhistas em aberto em 31/12/2017.

12– Projetos a executar

	2017	2016
Contratos	48.677	49.423
Convênios	1.014.202	1.583.071
	1.062.879	1.632.494

Demonstramos a seguir a composição dos saldos nos exercícios encerrados em 31/12/2017 e 2016.

Detalhamento dos Contratos

	2017	2016
Serviços prestados (Eventos, palestras, seminários, etc.)	449	4.841
Jovem aprendiz Schulumberger IX	19.778	28.525
LLX análise situacional microbacia Rio Doce	-	13.645
Jovem aprendiz Schulumberger X	27.414	-
III Inova IFF	-	109
Estudo da capacidade hídrica canal capote - Biosa	-	594
V Shidro	-	97
Análise microbiológica	370	185
Análise físico-química sensoriais e microbiológicas-alimento e água	666	-
Jovem aprendiz Schulumberger VIII	-	1.130
II Inova IFF	-	297
	48.677	49.423



Detalhamento dos Convênios

	2017	2016
Especialização em fluidos	-	24.887
Angola (1)	197.356	618.046
Equipamentos submarino	-	56.122
Protótipo de carcinicultura	109.518	-
Protótipo de codigestor modular	55.880	-
Prefeitura Quissamã - Seg.trabalho T2	-	3.986
Equipamentos submarino T2	-	34.926
Sensoriamento dos atributos de solos	220.569	-
Perfuração serviços de poços	-	33.893
Curso Getting Starded turma 9	-	5.240
Sistema Integrado AIC EMBRAP II	-	58.311
Prot. Log. Reversa EMBRAP II	264.722	-
Protótipo forno ceramico EMBRAP II	-	53.976
Protótipo motor estacionario ciclo otto	116.454	163.484
Projeto VII focal - III SICITEA	2.430	-
Projeto alga prime	8.958	-
Prominp Macaé 5º e 6º ciclo	-	8.073
IV semana de arquitetura e urbanismo	667	-
V Seminário sobre ecotoxologia	127	-
Polo EMBRAP I	37.521	522.127
	1.014.202	1.583.071

Durante o exercício de 2017, foi efetuado um levantamento e verificou-se a existência de convênios já encerrados e com prestação de contas aos devidos Órgãos concedente, então foi efetuado a baixa , conforme relação abaixo:

	R\$
Especialização em fluidos	24.887
Equipamentos submarinos	56.122
Equipamentos submarinos T2	34.925
Prefeitura Quissamã - seg. trabalho T2	3.986
Curso de perfuração de poços	33.892
Total das despesas	153.812

(1) Refere-se ao Acordo de Cooperação Técnico-Científica, celebrado em 30 de abril de 2008 entre as partes: Instituto Federal Fluminense "IFF", antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos "CEFET", PRÓ-IFF, antiga Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Campos "Fundação CEFET Campos", Ministério de Urbanismo e Construção "MINUC", antigo Ministério das Obras Públicas "MINOP" e a interveniente pagadora, a Construtora Norberto Odebrecht S.A. "CNO".



13 – Patrimônio social

O patrimônio social é composto de 10 cotas de R\$ 1.000 cada uma, totalmente integralizado por seus instituidores, no montante de **R\$ 10.000**.

O superávit do exercício de 2017, no valor de R\$ **168.408** será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

14– Receitas e despesas por natureza

Segue abaixo a composição das receitas e despesas operacionais da Fundação em 31/12/2017 e 31/12/2016.

14.1 - Receitas de custeio

	2017	2016
Receitas de convênio	7.806	-
Taxa de administração	-	1.400
Custos operacionais (a)	261.761	394.073
Receita convênio internacional (b)	244.000	-
	513.567	395.473

(a) Nessa rubrica são registrados os valores repassados pelos Convênios, conforme contrato, referente ao custo dos serviços prestados pela Fundação na execução dos mesmos.

(b) Nessa rubrica são registrados os valores repassados do Convênio Angola Brasil para cobrir os desembolsos necessários à manutenção do mesmo.

14.2 - Receita de projetos

	2017	2016
Curso Protec	293.110	612.536
(-) Cancelamento de matrículas	(95.914)	(68.400)
	197.196	544.136

14.3 - Receita de parcerias – Reitoria

	2017	2016
Edição de livros	201	1.580
	201	1.580

14.4 - Receitas parcerias - Campus Campos Centro

	2017	2016
Cópias reprográficas	14.256	42.879
Taxa	5.076	11.790
Bazar	1.846	6.710
Taxa e emolumento	1.060	2.610
Receita de aluguel de máquinas de terceiros	-	68
	22.238	64.057



14.5 - Receitas parcerias - Campus Macaé

	2017	2016
Cópias reprográficas	9.330	5.964
Multa biblioteca	3.498	1.310
	12.828	7.274

14.6 - Pessoal e encargos sociais

	2017	2016
Salários	(27.769)	(66.233)
13º salário	(4.226)	(6.077)
Férias funcionários	(7.968)	-
Diárias	(2.298)	(1.137)
Vale transporte	(404)	(886)
Previdência social - INSS	(10.177)	(19.070)
Fundo de garantia - FGTS	(30.254)	(7.854)
Pis s/ folha de pagamento	(391)	(780)
Indenização e aviso prévio	(14.905)	-
Contribuição sindical	-	(791)
Remuneração de pessoal sem vínculo empregatício	(44.307)	-
	(142.699)	(102.828)

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referentes às despesas de pessoal contratados e terceirizados durante o exercício de 2017.

14.7 - Honorários profissionais

	2017	2016
Gratificação de desempenho	(23.681)	(53.504)
Serviços contábeis	(12.750)	(25.840)
Serviços pessoa física	(590)	-
Previdência social - INSS	(8.725)	(13.421)
	(45.746)	(92.765)

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referentes às despesas de pessoal terceirizados durante o exercício de 2017.

14.8 - Serviços técnicos especializados

	2017	2016
Conservação de equipamentos	(4.942)	(6.717)
Conservação de instalações	(4.048)	-
Serviços de advocacia	(22.969)	(42.000)
Serviços de auditoria	(34.089)	(30.990)
	(66.048)	(79.707)



14.9 - Despesas de projetos

	2017	2016
Curso protec	(257.452)	(305.830)
Centro de qualidade de vida	(61.251)	(179.051)
	<u>(318.703)</u>	<u>(484.881)</u>

14.10 - Despesas de serviços de comunicação

	2017	2016
Internet	(810)	(1.201)
Despesas postais e telégrafos	(1.461)	(723)
Tarifa de telefonia	(6.361)	(7.518)
	<u>(8.632)</u>	<u>(9.442)</u>

Nessas rubricas estão evidenciados os valores pagos referente aos serviços necessários para a manutenção da Fundação durante o exercício de 2017.

14.11 - Despesas tributárias

	2017	2016
Impostos e taxas municipais	(2.182)	(1.455)
Impostos e taxas estaduais	(1.268)	(1.973)
Impostos e taxas federais	(4)	(1.201)
	<u>(3.454)</u>	<u>(4.629)</u>

14.12 - Despesas de viagens e locação

	2017	2016
Viagens e estadas	(1.390)	(958)
	<u>(1.390)</u>	<u>(958)</u>

14.13 - Depreciação

	2017	2016
Móveis e utensílios	(17.171)	(1.473)
Máquinas e equipamentos	(1.216)	(6.393)
Equipamentos de informática	(3.178)	(5.000)
Instalações	(2.880)	-
	<u>(24.445)</u>	<u>(12.866)</u>



14.14 - Despesas apoio administrativas

	2017	2016
Aluguel de imóvel	(23.860)	(39.130)
Tarifa de energia elétrica	(6.475)	(10.919)
Materiais	(7.502)	(5.465)
Pedágios	(10)	(32)
Publicações técnicas	(4.285)	(3.662)
Tarifa de água e esgoto	(1.106)	(1.785)
Combustível e lubrificantes	(650)	(930)
Seguros	(2.913)	(3.496)
Contrato de manutenção	(14.263)	(16.484)
Serviços de pessoas jurídicas	(8.368)	(11.974)
Deslocamento com veículo próprio	(639)	(348)
Assinatura e anuidade	(1.234)	(1.433)
Cartório - despesas legais	(1.788)	(1.931)
Peças e reposição de veículo próprio	-	(50)
Convênios encerrados	(6.548)	(377)
Exame médico - funcionários	(272)	(34)
	(79.913)	(98.050)

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referente aos serviços necessários para a manutenção da Fundação durante o exercício de 2017.

14.15 - Despesas parcerias - Campus Campos Centro

	2017	2016
Atividades educacionais		
Material de consumo	-	(1.457)
Serviços pessoa jurídica	(4.983)	(14.756)
Repasse para o IFF	-	(225)
Custos operacionais	(554)	-
	(5.537)	(16.438)
Pessoal, encargos e benefícios		
Salários	(15.249)	(33.612)
13º salário	-	(3.538)
Indenizações e aviso prévio	(5.456)	(1.678)
Pis s/ folha de pagamento	(197)	(469)
Fundo de garantia - FGTS	(1.359)	(4.839)
Previdência social - INSS	(5.295)	(6.795)
Salário maternidade	-	(5.795)
	(27.556)	(56.726)
	(33.093)	(73.164)

14.16 - Despesas parcerias - Campus Macaé

	2017	2016
Serviços de pessoa jurídica	(4.864)	(5.017)
Custos operacionais	(20)	-
	(4.884)	(5.017)



14.17 - Despesas parcerias - Campus Cabo Frio

	2017	2016
Material de uso e consumo	-	(274)
Serviço pessoa jurídica	-	(931)
Repasse para o IFF	(2.100)	(50)
	<u>(2.100)</u>	<u>(1.255)</u>

14.18 - Despesas parcerias - Campus Bom Jesus Itabapoana

	2017	2016
Material de uso e consumo	-	(1.302)
Serviço pessoa jurídica	-	(3.500)
	<u>-</u>	<u>(4.802)</u>

14.19 - Despesas parcerias - Reitoria

	2017	2016
Serviço pessoa jurídica	(105)	(138)
	<u>(105)</u>	<u>(138)</u>

14.20 - Outras receitas (despesas) operacionais

	2017	2016
Reembolso de despesas	153.758	23.643
	<u>153.758</u>	<u>23.643</u>

Durante o exercício de 2017, foi efetuado um levantamento e verificou-se a existência de convênios já encerrados e com prestação de contas aos devidos Órgãos concedente, conforme discriminado a nota n.º 12 (Projetos a executar).

15 – Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Remuneração do capital próprio	1.172	142
Receita financeira	2.085	3.714
	<u>3.257</u>	<u>3.856</u>
Despesas financeiras gestora		
Despesas bancárias	(3.137)	(3.944)
Juros e multas	(288)	(690)
	<u>(3.425)</u>	<u>(4.634)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(169)</u>	<u>(777)</u>



16- Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Pro IFF efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros em seu veículo, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

DATA DA EMISSÃO	SEGUROS A VENCER	SALDO EM 31/12/2017
14/09/2017	ALLIANZ SEGUROS S.A	1.042
	Total Seguros a Vencer	1.041

17 - Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houveram sido instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Entidade é associação privada, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários a alíquota de 1%.

Quanto a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade.

18 - Aspectos operacionais e Contábeis

A Fundação possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

A Fundação mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas a, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Fundação conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial.

A Fundação cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.

A Fundação elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade e pelo Ministério Público Estadual.



19 – Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente à data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras da Fundação que possa influenciar nestas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2017.